

A INTRODUÇÃO DO EMPREENDEDORISMO COMO COMPONENTE CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Silvana Aparecida de Souza

Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Email: sasouzaunioeste@hotmail.com

Apoio: Fundação Araucária-Paraná-Brasil

RESUMO

Trata-se da apresentação dos resultados de pesquisa documental e teórica sobre a introdução do empreendedorismo como componente curricular na educação brasileira. Constata-se que esse fato vem ocorrendo progressivamente no Brasil, na educação básica e no ensino superior, como tema transversal ao currículo, como formação complementar ou como disciplina obrigatória, em escolas públicas e privadas. Já há também iniciativas na esfera do legislativo federal no sentido de que o empreendedorismo se torne disciplina obrigatória do currículo na educação básica. O fundamento teórico do ensino de empreendedorismo nas escolas é a teoria do capital humano, que instrumentaliza e subordina os processos de formação humana aos interesses imediatos da acumulação, em nome do desenvolvimento econômico e social.

PALAVRAS-CHAVE: empreendedorismo; pedagogia empreendedora; empreendedorismo e educação

ABSTRACT

This is the presentation of the results of documentary research and theory on the introduction of entrepreneurship as a curriculum component in Brazilian education. It appears that this fact is occurring progressively in Brazil, in basic education and higher education, cross-curricular theme, such as additional training or as a compulsory subject in public and private schools. Already there are initiatives in the sphere of the federal legislature in the sense that entrepreneurship becomes a compulsory subject in basic education curriculum. The theoretical foundation of entrepreneurship education in schools is the human capital theory, which equips and makes the processes of human development to the immediate interests of accumulation, on behalf of economic and social development.

KEYWORDS: entrepreneurship; entrepreneurial pedagogy; entrepreneurship and education

1 Introdução

O uso da expressão “empreendedorismo” tem crescido paulatinamente nos últimos anos, e, por não haver um conceito unívoco sobre o que possa significar,

convém buscar primeiramente seu sentido etimológico, e, a partir daí, buscar também seu significado histórico, político e social.

A palavra “empreender” vem do latim *imprehendere*, que significa prender nas mãos, assumir, fazer. Daí deriva as palavras “empreendedor” e “empreendedorismo”, dentre outras. A primeira, com o sufixo “or” designa o agente, indivíduo que, no caso, empreende. Ou seja, empreendedor é aquele que assume a realização de uma determinada tarefa, e, na sociedade capitalista, passou a designar um tipo de empresário que dele se possa dizer que possui iniciativa e criatividade para correr os riscos de iniciar e efetivar uma determinada atividade produtiva. Já a palavra empreendedorismo, tendo o sufixo “ismo”, diz respeito a uma doutrina, escola ou teoria. Sendo assim, trata-se do princípio, doutrina ou teoria característica da ação de pessoas que possuem iniciativa de começar algo potencialmente arriscado.

Para os mais diversos autores da área de administração empresarial que tratam do tema, a postura empreendedora é um estado de espírito, um modo de ser e agir, uma forma determinada de encarar o mundo, na qual a pessoa assume uma postura ousada, criativa, confiante tanto no trabalho quanto no cotidiano da vida pessoal. (Cf. DOLABELA, 1999; ACÚRCIO e ANDRADE, 2005). Para Fernando Dolabela, “o empreendedor é definido pela forma de ser, e não pela maneira de fazer.” (2008, p. 13)

Ocorre que há pouco tempo, nessa mesma literatura empresarial, a defesa da assunção da postura empreendedora se fazia apenas para o empresário, ou quando muito para os “executivos”¹ das empresas (Cf. SCHUMPETER, 1997; DRUCKER, 1986). No entanto, recentemente há uma mudança nessa literatura, alegando-se agora que a postura empreendedora deve ser incorporada pelo conjunto da população e ensinada na escola.

2 Algumas experiências de ensino de empreendedorismo na escola

A respeito do imperativo de que a população brasileira em geral deva passar a ter um perfil empreendedor, acha-se comumente na literatura da área a defesa de que as mudanças na organização dos processos produtivos “explicam a conotação de universalidade dada à capacidade empreendedora, hoje exigível de todos, seja de

¹ A partir de certo grau de desenvolvimento do capitalismo, os capitalistas não mais necessariamente dirigem seus “negócios” diretamente, mas o fazem por meio de funcionários especificamente contratados para esse fim. Estes são denominados de administradores, gerentes ou executivos, portanto funcionários que assumem a tarefa de gerir uma empresa em nome do(s) seu(s) proprietário(s) ou acionista(s). A esse respeito ver o Capítulo XI, intitulado Cooperação, do livro 1, v. 1, de *O Capital*, de Karl Marx (1996).

empregados de empresas privadas – intra-empendedorismo, equivalente, em outro nível, do empreendedorismo do criador da empresa –, seja de funcionários do governo ou de ativistas e voluntários que operam no terceiro setor.” (DOLABELA, 2003, p. 24). Há ainda os argumentos de que “a educação empreendedora deve começar na mais tenra idade, porque diz respeito à cultura, que tem o poder de induzir ou de inibir a capacidade empreendedora.” (DOLABELA, 2003, p. 15). Nesse mesmo sentido, José Dornelas, autor do tema empreendedorismo, afirma: “É importante salientar que para ser empreendedor não é necessário ser empresário. E o contrário também deve ser ressaltado: nem todo empresário pode ser considerado um empreendedor.” (DORNELAS, 2007, p. XVIII).

Consoante ao movimento de que toda a população deva desenvolver e assumir uma postura empreendedora têm se desenvolvido nos últimos anos diversas iniciativas de implantação do empreendedorismo na educação, seja como tema transversal às diversas disciplinas do currículo, seja como disciplina propriamente dita, constante do currículo de instituições educacionais formais de educação básica² e superior, privadas e públicas.

Nesse sentido, desde 2008 a rede pública estadual de Minas Gerais já conta com aulas de empreendedorismo em sua grade curricular, projeto este desenvolvido a partir de parceria com o Sebrae, no programa “jovem empreendedor: primeiros passos”, que, no caso, forma os próprios professores da rede pública para atuarem no ensino de empreendedorismo nas escolas. Esse mesmo projeto também está sendo desenvolvido nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo, os professores estão em processo de formação no primeiro semestre de 2012 e no segundo semestre desse mesmo ano começam as aulas de “empreendedorismo social” para estudantes do ensino fundamental, aos sábados, ainda que com presença facultativa para os alunos. Já na rede pública do Rio de Janeiro, as aulas de empreendedorismo são integradas ao ensino médio profissionalizante. (BASÍLIO, 2012, p. 2)

Os governadores dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro também anunciaram recentemente que assinaram um termo de cooperação com a federação das indústrias

² A educação básica no Brasil compreende a educação infantil o ensino fundamental e o ensino médio, e abrange portanto o atendimento de crianças e adolescentes dos zero aos 17 anos de idade. As propostas e experiências de ensino de empreendedorismo no Brasil encontradas nesse estudo e que se iniciam na educação infantil tomam os 4 anos como idade inicial, e não o zero. No entanto, faz-se necessário esclarecer que 4 anos de idade ainda faz parte do corte etário da educação infantil.

dos dois Estados (Fiesp e Firjan) para a oferta de curso de especialização *lato sensu*, no formato MBA³, na área de gestão empreendedora em educação, destinado a diretores das escolas estaduais das redes dos dois estados da federação envolvidos nessa ação. (UNIVERSIA, 2012)

Em matéria de capa do caderno Classificados-Empregos, do jornal *Folha de S. Paulo* de 27 de maio de 2012, com o título “Pequenos empresários: redes pública e particular ensinam empreendedorismo em sala de aula”, há o relato, além das iniciativas públicas das redes estaduais de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro citadas, da experiência do Colégio Renovação, situado na zona sul da capital paulista, e da Escola Internacional de Alphaville, também de São Paulo e a parceria da empresa de consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC) do Brasil com nove escolas no país que desenvolvem projetos de empreendedorismo. (BASÍLIO, 2012, p. 2-3)

O grupo Pitágoras implantou no segundo ciclo do ensino fundamental uma disciplina chamada “ética e empreendedorismo” e o Colégio Anglo-Americano, integrante do grupo educacional Anglo-Americano, tem como seu lema a expressão “Formando empreendedores”, e por consequência desenvolve nas escolas de sua rede um projeto institucional com esse mesmo nome, que “visa a desenvolver as competências e as habilidades do cidadão empreendedor no aluno” (COLÉGIOS ANGLO-AMERICANO, 2012) nos segmentos da educação infantil, ensino fundamental 1 e 2 e ensino médio.

Já tramitou no governo federal brasileiro duas indicações⁴ dos deputados João Bittar⁵ e Luiz Carlos Hauly⁶ para que o empreendedorismo se torne disciplina obrigatória do currículo do ensino fundamental, do ensino médio, da educação profissional e da educação superior no país. O Conselho Nacional de Educação (CNE) se manifestou sobre o tema, emitindo o Parecer CNE/CEB nº 13, homologado pelo Ministro da Educação e publicado no Diário Oficial da União de 6 de setembro de 2010, orientando que o empreendedorismo deve ser tratado no currículo como tema

³ Sigla oriunda da expressão em inglês Master of Business Administration refere-se a curso de especialização *lato sensu*, bastante difundido e valorizado na área empresarial, cujo conteúdo é voltado para a gestão de organizações baseada estritamente na lógica do mercado capitalista.

⁴ Indicação é a denominação de um recurso do Poder Legislativo, que, como o próprio nome demonstra, se traduz na manifestação de um ou mais legisladores, para o Poder Executivo, sobre a necessidade e positividade de algo a ser feito no âmbito da competência do Executivo.

⁵ Atualmente com mandato pelo DEM-MG.

⁶ Com mandato pelo PSDB-PR, atualmente está licenciado por ter assumido a pasta de Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, no governo de Beto Richa.

transversal, que atravessa portanto todas os conteúdos, disciplinas e áreas do conhecimento. (BRASIL, 2010)

Se por um lado esse Parecer do CNE demonstra um limite à pretensão dos congressistas autores de Indicações ou Projetos de Leis (PLs) e/ou aos grupos que eles representam, quando pretendiam que o empreendedorismo se tornasse disciplina própria e obrigatória, por outro lado demonstra que, sendo o currículo escolar algo em constante transformação, suas mudanças, em geral, são resultado em primeiro lugar de uma movimentação ou um fato no plano da sociedade civil, seguida de mobilizações, que se manifestam, dentre outras formas, na tramitação e enfim no formato de PLs, para enfim ser legitimada pela formalidade, quando se torna imperativo como lei de fato. Sendo assim, tais proposições da institucionalização da obrigatoriedade da disciplina de empreendedorismo no currículo escolar formal no Brasil podem e provavelmente voltarão ao congresso nacional, talvez em outra conjuntura, por meio de outros parlamentares, em outro governo e com outra composição do CNE.

Há também o caso das organizações não-governamentais (ONGs), como é o caso, por exemplo, da Junior Activement (JA):

Trata-se de uma associação educativa sem fins lucrativos, mantida pela iniciativa privada, cujo objetivo é despertar o espírito empreendedor nos jovens, ainda na escola, estimulando o seu desenvolvimento pessoal, proporcionando uma visão clara do mundo dos negócios e facilitando o acesso ao mercado de trabalho. (JUNIOR ACHIEVEMENT, 2012)

A JA declara que suas ações já envolvem 2,6 milhões de alunos e 100 mil voluntários, em 17 mil escolas/ano de ensino fundamental e médio no Brasil.

Fernando Dolabela, consultor e autor de vários livros sobre a temática em questão, criou e desenvolve projetos de fomento do empreendedorismo em escolas, sendo um deles denominado “oficina do empreendedor” e outro “pedagogia empreendedora”⁷. Segundo informações constantes em seu *blog*, a oficina do empreendedor consiste em uma metodologia de ensino e auto-aprendizado de empreendedorismo para alunos do ensino superior. As “ferramentas” que compõem esse serviço são dois livros de sua autoria, que são *O segredo de Luísa* para o aluno, *Oficina do empreendedor* para o professor e um *software* chamado Makemoney, por meio do

⁷ Essas expressões são também título de livros do autor (Cf. lista de referências).

qual o aluno elabora planos de negócios, transformando suas idéias em um produto ou serviço de sucesso. (DOLABELA, 2012a)

Já o projeto denominado “pedagogia empreendedora” é uma metodologia de ensino de empreendedorismo para a educação básica. Essa proposta:

Estimula a capacidade de escolha do aluno sem influenciar as suas decisões, preparando-o para as suas próprias opções. Trata o empreendedorismo como uma forma de ser e não somente de fazer, transportando o conceito que nasceu na empresa para todas as áreas da atividade humana. [...] Ela desenvolve o potencial dos alunos para serem empreendedores em qualquer atividade que escolherem: empregados do governo, do terceiro setor, de grandes empresas, pesquisadores, artistas, etc.. E também, evidentemente, para serem proprietários de uma empresa, se esta for a sua escolha. (DOLABELA, 2012b)

Acerca dessa metodologia foi feito um teste piloto de sua aplicação em 2002, nas cidades mineiras de Japonvar e Belo Horizonte. A partir de então, várias cidades implementaram essa metodologia em toda a rede pública municipal (e algumas na rede estadual): Santa Rita do Sapucaí (MG), Guarapuava (PR), Três Passos (RS), São José dos Campos (SP), Jacarezinho (PR). Em 2003 esse projeto foi implementado em 86 cidades do Paraná, selecionadas pelo seu IDH⁸, em um projeto do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)-PR.⁹ (DOLABELA, 2012b)

No livro *O segredo de Luísa*, em uma edição de 2008, quando tal livro já havia vendido 150 mil exemplares, o autor afirma que sua metodologia já havia atingido 400 instituições de ensino superior, envolvendo mais de 4 mil professores. E na educação básica ele alega que a metodologia já envolvia 10 mil professores e 300 mil alunos em centenas de escolas. (DOLABELA, 2008, p. 13)

⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e que foi desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq. A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Anualmente os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) são classificados de acordo com essas medidas. O IDH também é usado para medir o desenvolvimento de entidades subnacionais como estados, cidades, aldeias, etc.

⁹ Criado como órgão público federal em 1972, tornou-se entidade de serviço social autônomo, sem fins econômicos, pela lei n.º 8.154, de 28 de dezembro 1990 e declara como seu objetivo planejar, coordenar e orientar programas técnicos, projetos e atividades de apoio às micro e pequenas empresas, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial e tecnológica. Seus recursos provêm da contribuição compulsória de 0,3% e 0,6% calculada sobre o total da folha de salários das empresas instaladas no país.

Mas, para além das experiências diretamente escolares, existem também diversas “ferramentas” disponíveis na internet que estimulam ou testam o desenvolvimento de “habilidades” empreendedoras, como, por exemplo, um jogo gratuito chamado “Dupla empreendedora”, disponível no *site* oficial de José Dornelas, cujo objetivo é que cada jogador consiga a maior quantidade de pontos possível através das respostas dadas às questões que são apresentadas ao longo da narrativa do jogo. O público-alvo principal do jogo é formado por acadêmicos de cursos de empreendedorismo, gestão empreendedora e demais disciplinas relacionadas a empreendedorismo e planejamento de negócios. (DORNELAS, 2012)

Diversas outras iniciativas de alcance regional têm também sido implantadas, como séries de reportagens em diversas emissoras de televisão ou inserções e quadros específicos em programas voltados para negócios destacando o empreendedorismo, ou mesmo programas dirigidos pelo Sebrae.

Como se vê, é inegável o fato de que há um movimento de introdução do empreendedorismo como componente curricular na educação brasileira, tanto na educação básica quanto no ensino superior, no ensino privado quanto no público, como disciplina obrigatória ou como formação complementar, por meio de projetos como o da “pedagogia empreendedora” ou mesmo por iniciativas próprias dos gestores educacionais de redes e/ou sistemas de ensino regular público ou privado com ou sem parcerias com organizações como o Sebrae ou empresas estritamente privadas. No caso do ensino privado, esse movimento se dá tanto em grandes redes quanto em escolas isoladas.

3 Educação e desenvolvimento econômico?

Quando há explicação nos textos de defesa do ensino de empreendedorismo na escola, para a alegada necessidade de promoção de uma mudança cultural que desenvolva a perspectiva empreendedora em toda a população, fazendo-se isso por meio da implantação desse tema no currículo escolar, é que existe uma relação positiva entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico e social. Ou seja, os estudos que defendem a implantação do empreendedorismo como componente curricular partem do pressuposto de que se toda a população de um país tiver uma cultura empreendedora, haverá melhoria no respectivo desenvolvimento sócio-econômico, conforme se pode ver

nos excertos a seguir:

Um fator que tem colocado a questão do empreendedorismo como prioritário nas discussões acadêmicas e econômicas é o estudo realizado em vários países, comprovando a influência da cultura empreendedora no processo de desenvolvimento econômico de uma sociedade. Tais estudos demonstram que, quanto maior a parcela de uma população com características empreendedoras maiores são as chances daquela nação ou sociedade se desenvolver e gerar riquezas. Neste sentido, a sociedade e, principalmente, os educadores devem se alertar para este *dever* e se perguntar se estão formando empreendedores ou apenas profissionais que desempenharão bem o seu papel de funcionário e colaborador. (FRANZINI; SELA; SELA, 2006, p. 75-6) (grifo meu)

Os autores alegam a existência de estudo ou de estudos que demonstram e comprovam (para usar as mesmas palavras dos autores) a influência da cultura empreendedora no desenvolvimento econômico de uma sociedade, mas em nenhum momento, seja nesse parágrafo e tampouco em todo o restante do texto, anunciam quais estudos são estes, quem os realizou, onde, em quais circunstâncias... E da forma como se expressam, os autores parecem se achar investidos do direito decidir e da autoridade de arbitrar o princípio da formação de empreendedores como dever dos educadores!

E nas considerações finais desse mesmo texto os autores voltam a afirmar, sem qualquer indicação da fonte científica de onde tiraram tais sentenças, que: “Quanto maior a parcela da população com características empreendedoras, mais desenvolvida econômica e socialmente será a nação.” (FRANZINI, SELA; SELA, 2006, p. 95-96)¹⁰

Cabe então questionar se se deve assumir a proposta de introdução do empreendedorismo na educação por uma simples questão de fé nos autores que a defendem, e que parecem tomados por um ufanismo voluntarista do empreendedorismo como panacéia para os males do mundo.

Mas, ainda que de fato haja uma relação positiva entre o ensino de empreendedorismo na escola e o desenvolvimento econômico do país (argumento que

¹⁰O artigo de Franzini, Sela e Sela (2006) compõe um livro organizado por José Previdelli e Vilma Meurer Sela, que traz um conjunto de estudos de caso sobre empreendedorismo na educação. Um dos artigos trata do empreendedorismo no ensino superior, outro analisa a implantação da disciplina de empreendedorismo na grade curricular de um curso de graduação em administração e o artigo em questão analisa a experiência de implantação do ensino de empreendedorismo na educação básica, com a metodologia de Fernando Dolabela. Há também no livro vários estudos de casos de incubadoras empresariais, de experiências de micro e pequenas empresas atendidas ou não por programas do Sebrae. (Cf. PREVIDELLI; SELA, 2006)

os autores analisados que o utilizam não comprovam), há que se considerar nesse caso a subordinação da educação aos interesses utilitaristas do mercado, e o abandono da definição e redefinição do currículo a partir dos interesses do homem como um valor em si, o que poderia por exemplo converter os recursos gastos com o ensino de empreendedorismo na escola para a melhoria das condições do ensino de história, geografia, biologia, ciências, línguas, e demais áreas da formação básica, melhoria da formação, remuneração e carreira dos trabalhadores da educação, ou então de mais aulas de música, literatura, pintura, dança, enfim, da mais elevada expressão da cultura humana, que é a artística, e não da utilitarista educação empreendedora...

A defesa de adaptações utilitaristas e mercadológicas na educação escolar, como é o caso do ensino do empreendedorismo, tendo como fundamento a tese de que o nível de desenvolvimento educacional de uma nação tem efeitos sobre sua economia, está em acordo com a teoria do capital humano, desenvolvida a partir da década de 60 por economistas (Theodore W. Schultz, ganhador do prêmio Nobel de economia de 1979, é seu principal precursor do período inicial) que capitanearam aquilo que se convencionou denominar a Escola de Chicago. Nela a educação é concebida como um investimento em um dos elementos do processo de produção, que é a força de trabalho¹¹, e que nessa teoria ganha a denominação de capital humano.

Ainda que para essa teoria o investimento na educação do indivíduo tenha retorno para ele próprio, como por exemplo melhores possibilidades de emprego e remuneração, a tônica se dá ao retorno que esse investimento pode produzir ao “círculo virtuoso da economia”, girando a roda da produção/consumo/mais produção/mais consumo.

A respeito dessa “nova ordem educativa mundial” e em uma perspectiva crítica à forma como os valores dessa nova ordem são introjetados na população, o sociólogo francês Christian Laval, em entrevista concedida a Fernando Eichenberg, afirma:

Esse pensamento liberal, utilitarista e pró-mercado na educação instala-se por familiarização tácita, torna-se o idioma comum. Torna-se evidente falar em performance, eficácia, co-financiamento de educação pública e privada. Houve um tipo de globalização do pensamento educativo segundo o qual o imperativo é a

¹¹ Para melhor conceituação do que seja a teoria do capital humano e suas implicações para na escolarização, ver Schultz, 1973. Ver também verbete elaborado por Minto [2006].

competitividade e que nenhuma esfera social pode escapar a essa lei suprema. (EICHENBERG, 2003)

Também em uma perspectiva crítica assevera o pesquisador e escritor inglês Stephen J. Ball:

Não é mais possível ver as políticas educacionais apenas do ponto de vista do Estado-Nação: a educação é um assunto de políticas regional e global e cada vez mais um assunto de comércio internacional. A educação é, em vários sentidos, uma oportunidade de negócios. (BALL, 2004)

Há também versões nacionais de estudos que se ocupam de demonstrar a relação da educação com o desenvolvimento econômico. Esse é o caso, por exemplo, do Comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) n.º 75, intitulado “Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda”, no qual se demonstra que, sob o ponto de vista do crescimento econômico e distribuição de renda, o gasto social com a educação é o que produz melhor retorno para a economia brasileira:

Realizando as simulações detalhando por tipo de gastos dentro da área social, observa-se que no que tange ao multiplicador do PIB, o gasto social em educação tem o maior multiplicador dentre os agregados que se investigou. [...] Tudo mais constante, ao gastar R\$ 1,00 em educação pública, o PIB aumentará em R\$ 1,85, pelo simples processo de multiplicação da renda que essa atividade propicia. Enquanto isso, R\$ 1,00 de produtos agropecuários ou oriundos da indústria extrativa de minérios que são exportados gera R\$ 1,40 de PIB para o país. (BRASIL, 2011, p. 10)

Os dados e argumentos utilizados nesse estudo do IPEA produzem uma ênfase para o fato de que o gasto social promove alto retorno para a economia e mesmo para o governo em forma de arrecadação (já que há a constatação na nota de rodapé n.5 do documento de que os gastos sociais atingem a renda dos mais pobres e setores médios da população, os quais pagam mais impostos na proporção da sua renda, do que os mais ricos):

Os resultados para o crescimento do *produto* após a simulação de um incremento no valor dos gastos públicos sociais de 1% do PIB na matriz, são que ao final do ciclo gerou-se um crescimento do PIB de 1,37%. O multiplicador do gasto social, em termos de PIB, é consideravelmente maior que o multiplicador dos gastos com os juros da dívida pública, 0,71% (quase o dobro), quase idêntico aos das exportações de *commodities*, de 1,40%, mas é inferior àquele do investimento em construção civil, 1,54%. (BRASIL, 2011, p. 10)

No que diz respeito aos serviços e atividades produtivas, vemos que os gastos em saúde e educação públicas também geram desdobramentos muito positivos tanto em termos de crescimento quanto de distribuição de renda. Já o investimento no setor de construção civil e as exportações de *commodities* agrícolas e extrativas, promovem um grande crescimento do PIB, mas reproduzem o nosso, ainda alto, nível de desigualdade. (BRASIL, 2011, p. 15)

O documento traz ainda o argumento do fato de que o investimento social tem mais retorno para a economia inclusive do que as atividades estritamente econômicas, o que se justifica pelo fato de que o dinheiro que circula na mão dos segmentos mais pobres da sociedade (seja na forma das diversas bolsas de auxílio ou de salário dos servidores públicos de remuneração reduzida como professores e demais trabalhadores da educação) se converte quase que integralmente em bens de consumo ou duráveis, fato que aquece mais a economia no plano imediato do que o dinheiro que circula nas mãos de grupos da classe média para cima, que podem e fazem poupança com parte de seus rendimentos:

Em geral, as transferências de renda que beneficiam mais os pobres elevam mais o PIB e a renda das famílias. Isso porque pessoas mais pobres tendem a consumir quase toda a sua renda (não podem poupar) e a consomem com produtos de origem nacional, com menos importados na sua cesta de consumo, ou seja, neste caso os vazamentos são bem menores.

Sabemos que a multiplicação do PIB permite um aumento de arrecadação do governo na forma de impostos, taxas e contribuições sociais. O exercício realizado com a matriz de contabilidade social revelou que 56% do valor dos gastos sociais voltam para o caixa do tesouro, depois de percorrido todo o processo de multiplicação de renda que este mesmo gasto social engendrou. [...] Ou seja, isso demonstra que o efeito de multiplicação do PIB permite um aumento das receitas do governo, fazendo com que parte do gasto social se pague no futuro. (BRASIL, 2011, p. 12)

Enfim, o instrumentalismo pelo qual é tomada a educação na teoria do capital humano nos mostra que sua única política social é o crescimento econômico.

4 Mercado e currículo

Em artigo recente, Luiz Antonio Cunha faz um esboço das interferências mercadológicas no campo educacional brasileiro, classificando-as em vertente ideológica e vertente econômica. O autor afirma que a primeira “abrange a instrumentalização de instituições educacionais para a inculcação de valores e padrões de comportamento presumidamente legítimos por entidades não propriamente educacionais.” (CUNHA, 2011, p. 588)

Se atendo à educação brasileira a partir do período republicano, Cunha relaciona diferentes instituições/grupos que efetivaram forte influência na reformas curriculares havidas como, por exemplo, a igreja, e conclui, “embora nem todas as propostas de inserção de conteúdos curriculares na educação básica, pela vertente ideológica, sejam provenientes da direita do espectro ideológico, são essas que predominam.” (CUNHA, 2011, p. 593)

Ainda que se possa debater o conceito de esquerda e direita, o que o autor está argumentando é o fato de que a maior parte das mudanças curriculares provém de grupos favoráveis à conservação do modo de produção atual e ele demonstra ainda que a maior parte dos temas objeto de inserção no currículo escolar é produto da ação política de partidos ideológicos, e que tais inserções não são produto da reflexão dos atores internos ao campo educacional, mas, sobretudo, vieram de fora dele. (CUNHA, 2011, p. 595)

Passando para a vertente econômica das interferências mercadológicas no campo educacional brasileiro, o autor elenca não somente a venda de mercadorias tangíveis – livros e computadores –, como intangíveis – metodologias de ensino e processos de avaliação e conclui: “A adoção de formas de gestão cada vez mais capitalistas, nas instituições privadas de ensino, potencializam processos que já vinham desenvolvendo-se no âmbito da educação pública, que fica mais permeável às interferências dos mercados.” (CUNHA, 2011, p. 587)

Diante de todo o cenário exposto até aqui da “naturalização” da lógica produtivista traduzida em um movimento que “faz dos princípios econômicos (de

mercado) os princípios normativos de toda a sociedade.” (GADELHA, 2010, p. 131), temos de concordar que o ensino de empreendedorismo na escola parece “muito mais complexo e ostensivo do que apenas fazer com que, como no passado, as crianças brinquem com o jogo ‘banco imobiliário’.” (GADELHA, 2010, p. 133)

Urge portanto conhecer profundamente as propostas do ensino de empreendedorismo na escola para combatê-las no terreno técnico e político.

5 Considerações finais

As gerações formadas pela subjetividade fordista incorporaram fortes princípios que envolviam a idéia de fazer poupança, do cumprimento rigoroso da jornada, e o emprego era regular e envolvia um conjunto de garantias trabalhistas, etc. Ocorre que circunstâncias diferentes exigem uma subjetividade diferente da classe trabalhadora e a exigência atual diz respeito à incorporação da subjetividade relativa à aceitação da flexibilidade, da volatilidade das profissões, da maleabilidade da jornada de trabalho, que é parcial, temporário, irregular; do preparo permanente para a empregabilidade; do empreendedorismo como valor social; da competência “pró-ativa”, do comprometimento pessoal com a lucratividade da empresa onde trabalha; do *ethos* empresarial como valor universal; do gerencialismo de si mesmo e da própria carreira.

A escola é um dos espaços sociais no qual essa nova subjetividade pode ser desenvolvida na consciência das futuras e da atual geração de força de trabalho. Em acordo com essa perspectiva, a teoria do capital humano desloca a função da educação de seu caráter social potencialmente qualitativo, humanista, humanizador e crítico, para um caráter quantitativo e utilitarista, no sentido de que se torna mecanismo individualista e individualizador, que, ao invés de remeter a escolarização como um direito inalienável do homem, uma herança histórica ao produto do trabalho social ao qual cada indivíduo tem direito pelo simples fato de ter nascido, remete para uma “exaltação conservadora da responsabilidade individual” (BOURDIEU, 2001, p. 31), para um pragmatismo absoluto dos investimentos sociais e seus efeitos sobre a reprodução ampliada do capital.

Esse texto é uma parte do esforço de análise da gravidade da introdução cega do empreendedorismo no currículo escolar, essa nova novidade do mundo dos negócios capitalistas, o qual necessita de constantes e permanentes rearranjos na organização do

processo de trabalho e nas relações de produção, para que tudo permaneça como está.

O ensino do empreendedorismo ou de qualquer outra “competência” na escola transfere necessariamente para o aluno uma determinada concepção de mundo, de homem, de sociedade, que tem o poder de formar, conformar ou deformar a consciência do ser aprendente. Sendo assim, uma tarefa inadiável na continuidade dessa pesquisa é a análise de quais são as concepções presentes no material didático utilizado nos mais diferentes projetos e escolas para o ensino de empreendedorismo, procurando ainda compreender se há diferenças e similaridades nos materiais utilizados nas escolas públicas e nas particulares. No entanto, considerando as argumentações dos defensores da pedagogia empreendedora, já se pode adiantar que há a naturalização da concepção utilitarista da escolarização formal dos cidadãos, de modo que se tenha abandonado por completo a idéia da escolarização “como consumo, como realização de um direito de usufruir do patrimônio construído pela humanidade, construção que se deu, diga-se de passagem, às custas sempre dos trabalhadores de todas as gerações passadas e da presente.” (PARO, 2001, p. 23)

Nessa perspectiva da escola enquanto consumo, Vitor Paro acrescenta:

É claro que a razão de ser da escola não se esgota na satisfação do consumo cultural, posto que a simples presença desse consumo já implica outras importantes funções da escola, inclusive a econômica. O que não se pode é derivar sua importância, exclusiva ou principalmente, do econômico, como muitas vezes se pretende fazer. (PARO, 2001, p. 23)

Tomar a educação como consumo (PARO, 2001) e não como investimento, torna-se assim uma postura anti-hegemônica, revolucionária, de contestação à já tão profundamente estabelecida concepção do *homo economicus* em todas as instâncias da vida, a ponto de o ensino do empreendedorismo ser proposto desde a educação infantil.

Referências

ACURCIO, Marina Rodrigues Borges; ANDRADE, Rosamaria Calaes de. **O empreendedorismo na escola**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem estar. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 89, set/dez 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-7330204000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 maio 2012.

BASÍLIO, Patrícia. Pequenos empresários: redes pública e particular ensinam empreendedorismo em sala de aula. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 maio 2012. p. 1-4. Caderno Classificado/Empregos.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Parecer CNE/CEB n.º 13/2010**. Brasília, DF. Diário Oficial da União de 6/9/2010, Seção 1, Edição Extra, p. 3. 2010.

BRASIL. Secretaria de assuntos estratégicos da presidência da República. IPEA. **Comunicado n.º 75** - Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. Brasília: IPEA, 2011.

COLÉGIOS ANGLO-AMERICANO. Projetos institucionais. **Formando empreendedores**. [Rio de Janeiro]. 2012. Disponível em: <<http://www.angloamericano.edu.br/sitephp/beta/colegio/index.php?in=3>> Acesso em: 13 jun. 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. Contribuição para a análise das interferências mercadológicas nos currículos escolares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 585-607, set./dez. 2011.

EICHENBERG, Fernando, Entrevista concedida por Christian Laval: “**A escola não é uma empresa**”. Sinapse Folha on line. 24/06/2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u463.shtml>> Acesso em 10 abr. 2012.

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

_____. **Oficina do empreendedor**. São Paulo: Cultura, 1999.

_____. **Oficina do empreendedor: ensino universitário de empreendedorismo**. [Belo Horizonte], 2012a. Disponível em: <<http://fernandodolabela.wordpress.com/servicos-oferecidos/oficina-do-empreendedor/>>. Acesso em: 25 maio 2012.

_____. **Pedagogia empreendedora**: ensino de empreendedorismo na educação básica. 2012b. Disponível em: <<http://fernandodolabela.wordpress.com/servicos-oferecidos/pedagogia-empreendedora/>>. Acesso em: 25 maio 2012.

_____. **Pedagogia empreendedora**. São Paulo: Cultura, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. **Jogo dupla empreendedora**. [São Paulo, 2012] Disponível em: <<http://www.josedornelas.com.br/jogo-dupla-empreendedora/>> Acesso em: 25 maio 2012.

DRUCKER, Peter. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1986.

GADELHA, Sylvio. Governamentalidade neoliberal e instituição de uma infância empreendedora. In: KOHAN, Walter Omar (org.). **Devir-criança da filosofia**: infância da educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 123-138.

JUNIOR ACHIEVEMENT-BRASIL. A Junior Achievement. **Institucional**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.jabrasil.org.br/ja/index.php?option=com_content&id=3507&&task=view&Itemid=76&menu_pai=73> Acesso em: 6 jun. 2012.

PREVIDELLI, José J.; SELA, Vilma Meurer (org). **Empreendedorismo e educação empreendedora**. Maringá: Unicorpore, 2006.

FRAZINI, Daniela Quaglia; SELA, Vilma Meurer; SELA, Francis Ernesto Ramos. Ensino do empreendedorismo na educação básica: estudo da metodologia “Pedagogia empreendedora” de Fernando Dolabela. In: PREVIDELLI, José J.; SELA, Vilma Meurer (org). **Empreendedorismo e educação empreendedora**. Maringá: Unicorpore, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. 1.1, v. 1. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MINTO, Lalo Watanabe. **Verbete**: teoria do capital humano. Campinas, [2006] Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_teorias_do_capital_humano.htm>. Acesso em 3 jun 2012.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! – Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

UNIVERSIA. **Projeto oferece MBA para 4.4 mil gestores de escolas estaduais**. 2012. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2012/04/10/922439/projeto-oferece-mba-4-4-mil-gestores-escolas-estaduais.html>>. Acesso em: 25 maio 2012.